

Dia de luta

Houve avanços, mas as mulheres seguem vítimas de todo tipo de preconceitos, agressões, machismo, violência doméstica, estupros e mortes. 8 de março é dia de luta, de marchas, de reflexões e mesmo de ternura e saudações às guerreiras que padecem de toda adversidade e criam e preservam a vida.



Sul 21

No #8M de Porto Alegre, mulheres vão às ruas contra violência de gênero, reformas e por direitos

Na tarde de quinta-feira, 08 de março de 2018, em quase três horas de duração, entre concentração e marcha, o ato #8M em Porto Alegre teve falas de mulheres representando diversas categorias e denunciando problemas que vivem em seu cotidiano. Sindicalistas falaram dos efeitos de cortes impostos pelo governo do

Estado, com José Ivo Sartori (MDB), e pela Prefeitura de Nelson Marchezan Júnior (PSDB). Estudantes denunciaram preconceito e falta de apoio no meio acadêmico. Ativistas lembraram os números que colocam o Brasil entre os países mais violentos do mundo e como isso também se reflete em índices de feminicídio.

Confira a cobertura completa do #8M em: <https://goo.gl/AKexmF>

PT homenageia Helenir

O deputado Adão Villaverde destacou o reconhecimento feito, por iniciativa do PT, dia (7), na Sessão Solene do Parlamento alusiva ao Dia Internaci-



onal da Mulher, à presidenta do Cpers Sindicato, Helenir Scherer, agraciada com o Troféu Mulher Cidadã 2018.

Para Villaverde, a distinção é extremamente justa e merecida pois Helenir tem uma imprescindível trajetória na defesa dos trabalhadores na educação do estado e na resistência aos ataques contra a democracia no nosso país. “Helenir é, de fato, uma brava e dedicada militante dos direitos sociais e humanos, comprometida com luta pela vida digna e por um mundo melhor para todos”, afirmou ele.

Lula vem conferir legado de seu governo

Com a peculiaridade do caráter internacional caracterizado pelo encontro fronteiriço com ex-presidente uruguaio Pepe Mujica, a caravana de Lula no RS será uma busca de diagnóstico da verdadeira realidade da população, segundo Márcio Macedo, da direção nacional do PT.

“Lula se alimenta deste diálogo direto com o povo. Ele quer ouvir e ser ouvido”, acrescentou Macedo, observando que as cidades que Lula visitará tem um importante simbolismo que remetem ao legado dos governos do PT.

A agenda dos dias 19 a 23 foi confirmada nesta quinta-feira (8), em coletiva, na Assembleia Legislativa que reuniu o presidente estadual do PT, Pepe Vargas, o ex-ministro de Lula, Miguel Rossetto, os deputados Adão Villaverde e Tarcísio Zimmermann e secretaria de combate ao racismo do partido, Ivonete Carvalho, que manifestou-se sobre o significado da data de 8 de março, dia de luta das mulheres.

Dia 19: estará pela manhã na Unipampa em Bagé e à tarde em Santana do Livramento, onde se encontrará com Mujica.

Dia 20: em Santa Maria visita institutos federais e a Ocupação Santa Marta.

Dia 21: em São Borja, visitará museus e mausoléus reverenciando os gaúchos Getúlio Vargas, Jango Goulart e Leonel Brizola.

Dia 22: em Palmeira das Missões realizará ato com os movimentos sociais, antes passará por São Miguel das Missões Cruz Alta.

Dia 23: em Passo Fundo, Ronda Alta, Porto Alegre e São Leopoldo onde encerrará o roteiro em ato político às 19h.

A caravana é constituída de três ônibus levando Lula, convidados e a comunicação - que cobrirá os eventos nas redes sociais e agências noticiosas internacionais.



Deputados petistas apoiam mobilização dos Agentes Comunitários de Saúde

Indignados com a portaria número 101/2018, aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite - CIB/RS, que retira o bônus de incentivo pago desde 2003, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) estão se mobilizando para manter essa conquista da categoria. O Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Rio Grande do Sul (Sindic/RS), que reúne cerca de 15 mil agentes no estado, está convocando seus associados para uma assembleia geral extraordinária na terça-feira (13), às 9h, no Largo Glênio Peres, no centro da capital gaúcha, para deliberar a realização de uma marcha em defesa do incentivo e pela derrubada da portaria.

Segundo a entidade, o incentivo adicional, pago em parcela única ao final do ano, reconhece a importância das ações dos agentes e valoriza o seu trabalho em benefício das comunidades e da atenção básica.

Para o deputado Adão Villaverde, a

medida se insere no contexto de ataque aos direitos e retirada de conquistas dos trabalhadores que tem se notabilizado em nível nacional, especialmente com as antirreformas do governo ilegítimo, replicado em solo gaúcho, com os atrasos e parcelamentos salariais corriqueiros dos servidores públicos durante toda a gestão de Sartori. “É fundamental uma forte mobilização para barrar mais esta violência contra os servidores e todos os gaúchos abrangidos pelo atendimento em saúde comunitária”, afirma ele.

Neste sentido, a pedido do sindicato, Villaverde e o deputado Zé Nunes (PT) protocolaram um requerimento de audiência pública para debater o tema na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa com as presenças do Secretário Estadual da Saúde, João Gabardo, da presidenta do Sindic/RS, Josiane Rodrigues de Oliveira e do Fórum dos Secretários Municipais de Saúde da FAMURS.

Contra tentativa de invasão do espaço democrático e inviolável

O deputado Adão Villaverde repudiou a tentativa indevida de incursão da Brigada Militar nas dependências do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), na noite de quinta-feira (8). A situação, que poderia implicar em violência como já aconteceu em episódios anteriores envolvendo a polícia armada de Sartori, foi contornada pelo reitor Ruy Oppermann.

Diante de uma ocupação de estudantes negros reivindicando revisão de cri-

térios das cotas raciais, que era negociada com a reitoria, soldados da BM tentaram ingressar no prédio, mas o Oppermann disse a eles que a corporação não havia sido chamada nem era convidada naquele momento.

“Não se pode aceitar esta agressão ao espaço público democrático e à inviolabilidade da Universidade, que são princípios constitucionais consagrados e universalmente consignados”, disse Villaverde.

Mudanças no IPE alteram a vida de 1 milhão de pessoas no RS

Os projetos do Governo Sartori para separar o IPE (Instituto de Previdência do Estado) em duas instituições têm a mesma característica de outras iniciativas do Executivo que chegam à Assembleia. Funcionam como "cavalo de tróia" porque ocultam as verdadeiras intenções, neste caso, a privatização e a venda do patrimônio da autarquia. São medidas adotadas para cumprir com o pacto feito com o governo provisório de Michel Temer, oferecendo patrimônio público gaúcho como garantia da adesão ao famigerado Regime de Recuperação Fiscal.

Essa avaliação é da líder da Bancada do PT na Assembleia Legislativa e coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, deputada Stela Farias, após a votação de dois projetos de lei complementar (PLC 206/2017 e PLC 207/2017), aprovados pela base governista em uma longa sessão na terça-feira (6).

Para ela, além de aumentar o endividamento do Estado, o compromisso assumido pelo Governo Sartori com os aliados em Brasília, abre mão de resolver a questão central das finanças gaúchas - o pagamento da dívida com a União -, em troca de liberar recursos para melhorar o desempenho político do governador às vésperas da eleição em que ele é novamente candidato. Sobre os projetos, a parlamentar acredita que eles representam uma abertura à privatização do plano de saúde do funcionalismo. "É uma forma de entregar de bandeja à iniciativa privada uma carteira de mais de um milhão de segurados".

Para Adão Villaverde, as políticas de Sartori reproduzem a visão neoliberal do ilegítimo Temer, em seu entreguismo das riquezas e patrimônio nacionais, que apequenam a soberania da nação e do estado rio-grandense.

Abaixo, confira as principais mudan-

ças no IPE e o como será afetada a vida de mais de 1 milhão de pessoas no RS:

- PLC 206/2017 Reclassifica o Instituto para categoria especial para fins de remuneração dos seus diretores (Presidente, de R\$ 10 para 18 mil; Vice, de R\$ 9.000 para R\$ 16.500; Diretores, de R\$ 8.500 para 14.000). O projeto foi



elaborado sem participação das entidades de servidores e, inclusive, sem discussão com os próprios Conselheiros do IPE. O PLC amplia os poderes do Presidente do IPE e impede que a presidência do Conselho de Administração seja exercida por Conselheiros representantes de entidades.

- PLC 207/2017 1. Altera o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS/RS. 2. Adequa o RPPS à Lei 13.135/2015 Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, que determina que o Estado deve adotar no RPPS as regras previdenciárias previstas pela Lei Federal 13.135/2015: - a pensão por morte para o cônjuge deixa de ser vitalícia, com exceção para cônjuge ou companheiro com idade de 44 anos ou mais; - caso a união estável for de menos de dois anos e o contribuinte tenha contribuído com menos de 18 contribuições mensais, o cônjuge terá direito a apenas 4 meses de pensão; - transcorrido este período (união estável de dois anos e de 18 contribuições), o direito à percepção da cota individual de pensão cessará em: 3 anos, se cônjuge tiver me-

nos de 21 anos de idade; 6 anos, se cônjuge tiver entre 21 e 26 anos de idade; 10 anos, se cônjuge tiver entre 27 e 29 anos de idade; 15 anos, se cônjuge tiver entre 30 e 40 anos de idade; 20 anos, se cônjuge tiver entre 41 e 43 anos de idade.

- PLC 206/2017 Reclassifica o Instituto para categoria especial para fins de remuneração dos seus diretores (Presidente, de R\$ 10 para 18 mil; Vice, de R\$ 9.000 para R\$ 16.500; Diretores, de R\$ 8.500 para 14.000). O projeto foi elaborado sem participação das entidades de servidores e, inclusive, sem discussão com os próprios Conselheiros do IPE. O PLC amplia os poderes do Presidente do IPE e impede que a presidência do Conselho de Administração seja exercida por Conselheiros representantes de entidades.

- PLC 207/2017 1. Altera o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS/RS. 2. Adequa o RPPS à Lei 13.135/2015 Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, que determina que o Estado deve adotar no RPPS as regras previdenciárias previstas pela Lei Federal 13.135/2015: - a pensão por morte para o cônjuge deixa de ser vitalícia, com exceção para cônjuge ou companheiro com idade de 44 anos ou mais; - caso a união estável for de menos de dois anos e o contribuinte tenha contribuído com menos de 18 contribuições mensais, o cônjuge terá direito a apenas 4 meses de pensão; - transcorrido este período (união estável de dois anos e de 18 contribuições), o direito à percepção da cota individual de pensão cessará em: 3 anos, se cônjuge tiver menos de 21 anos de idade; 6 anos, se cônjuge tiver entre 21 e 26 anos de idade; 10 anos, se cônjuge tiver entre 27 e 29 anos de idade; 15 anos, se cônjuge tiver entre 30 e 40 anos de idade; 20 anos, se cônjuge tiver entre 41 e 43 anos de idade.

Os dez mandamentos das maldades liberais

Tarso Genro (*)

A ladainha neoliberal é sempre a mesma, em todos os lugares do mundo, sem variações significativas. Este ritual pode sofrer algumas modificações secundárias, em cada país, mas é certo que - no mínimo - oito dessas dez características que ora alinhio, são encontráveis em cada país subjogado pelo mundo reformista liberal-rentista, que nos foi dado viver. Nossos governos de esquerda ou progressistas, que ocorreram na América Latina no último período, na verdade não se prepararam para uma pressão do capital financeiro global, tanto sobre o Estado como sobre extensas bases empresariais dependentes do mercado global, para a possibilidade de que estas se deslocassem para a direita ou à extrema-direita, como ocorreu para a derrubada ilegal e imoral da Presidenta Dilma.

A “naturalização” do fascista, como protagonista político dentro da democracia, é uma arma secundária do neoliberalismo. Não adquire hoje, o fascista, um papel principal, embora possa fazê-lo no futuro, porque os fascistas, como são dotados de uma certa patologia motivada pelo ódio ao diferente, tanto na sua noção de política como no que refere à diferença que possam imaginar, que o outro tenha de si, em outros terrenos -sexuais, culturais e políticos - não é confiável ao grande empresariado, que o instrumentaliza em momentos que precisa de ira e irracionalidade para combater seus inimigos. O capitalismo atual tem, hoje, meios científicos, estruturais e comunicacionais, capazes de fazer com que bilhões de homens e mulheres se comportem como “escravos na paz”, mas com a submissão aos negócios do mercado mundial e ao lucro privado, embora não sendo jurídica e formalmente escravos.

O fascista só considera realmente “humano” e respeitável, aquilo que ele próprio pensa que é -na sua aparência imediata manipulada- por isso pode usar a força extrema e o ódio permanente, contra os diferente de si mesmo, mas não sabe governar com a mínima sofisticação que exige, hoje, o capitalismo da era digital, disseminado como forma de vida nas diferentes nações e culturas. Sua visão bruta do mundo e do humano pode, porém, compatibilizar-se com algo análogo à escravidão, independentemente de quem comanda o espetáculo, mais - ou menos - corruptos, mais - ou menos - nacionalistas, mais - ou menos - autoritários. Não podemos esquecer, que hoje os que governam a Humanidade, em geral, tem a impunidade e a desfaçatez suficientes, para apresentar vendedores de picolé nas praias, guardadores de automóveis e simples pipoqueiros e vendedores de refresco, como novas” oportunidades de trabalho e renda.

O grande roteiro do liberal-rentismo reformista é o seguinte: Primeiro, diz-se que o Estado está “quebrado”. Se-

gundo, diz-se que o “custo” dos serviços públicos é o culpado disso. Terceiro, afirma-se que o “Estado é corrupto”, os grandes empresários é que são honestos e que a sonegação é “legítima defesa”. Quarto, alardeia-se que o Estado “é pesado” e que as empresas públicas e outras instituições do Estado - eficientes ou não - devem ser privatizadas, para que eles, os grandes empresários -além dos subsídios estatais com os quais fizeram as suas fortunas- também abocanhem mais esta fatia da renda pública. Quinto, informa-se, pela mídia tradicional “com-

panheira”, que os principais entraves econômicos do país estão na “legislação trabalhista arcaica” e nos “excessivos” direitos que os trabalhadores dispõem. Até aqui, parece receita comum.

Prossigamos: sexto lugar, culpa-se o comunismo, a social-democracia ou as políticas sociais “paternalistas”, pelo “excesso” dos gastos públicos. Sétimo, outorga-se à esquerda e ao campo reformista progressista o “monopólio da corrupção”. Oitavo, torna-se a recessão uma necessidade “técnica”, pois, quando a eco-

nomia chegar ao fundo do poço - depois de mais fome, miséria, crimes, crianças nas esquinas, doentes ao relento - haverá uma pequena reação no crescimento, que será apresentada como início da “recuperação”. Nono, integram a mídia tradicional no seu projeto, para explicar que “todos podem ser patrões de si mesmos” e que as coisas já “estão melhorando”. E décimo: escondem o fato de que eles, os neoliberais tem uma aliança carnal com a corrupção, porque sem essa aliança não derrubaríamos um Governo legítimo, nem formariam a base, no Congresso, para fazer as suas reformas predatórias. Até aqui também parece receita comum!

Carlos Nelson Coutinho, falando sobre o conceito de “revolução passiva”, que - de certa forma - aconteceu na modernização do país com base na era Vargas, viu o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, de um lado e, de outro lado, consignou a prática do “transformismo” - sem iniciativa das massas populares - “como modalidade do desenvolvimento histórico que implica(ou) na exclusão das massas populares”. E o transformismo prosseguiu - agrego eu - ora (mais raramente) progressista e democrático, ora (mais frequentemente) conservador, reacionário e autoritário. O ciclo atual poderá ser testado nos seus limites mais ousados com a prisão de Lula, o maior líder popular da nação, depois de Vargas, que já disse que não foge nem se suicida. O que resta saber é se os nossos surtos modernizantes continuarão na forma das revoluções passivas até o país acabar, lentamente, ou seguirá -dolorosamente - até quem sabe explodir.

(*) Tarso Genro foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre, Ministro da Justiça, Ministro da Educação e Ministro das Relações Institucionais do Brasil.

“
A ladainha neoliberal
é sempre a mesma,
em todos os lugares
do mundo, sem muitas
variações significativas.”

Ensaio acadêmico traduz o golpe de 2016

Autora do ensaio “O impeachment da Presidenta Eleita Dilma Rousseff e a Pós- Verdade”, incluído no livro “Psicologia, Comunicação e Pós-verdade”, a pesquisadora e estudante de Jornalismo da Ufrgs Camila Bengo conta porque referenciou o livro “É Golpe, sim!”, de autoria do deputado Adão Villaverde, como fonte de consulta para escrever sobre o processo do impedimento presidencial de 2016.

“O livro ‘É Golpe, sim!’ é uma obra que faz parte de um projeto político-partidário e usá-la como bibliografia talvez possa causar certa estranheza a alguns pesquisadores. Entretanto, em nenhum momento estive preocupada em manter algum tipo de neutralidade ideológica, muito antes pelo contrário, de modo que a produção foi bastante contributiva para o meu trabalho”, afirma ela.

O que mais ela informa:

1- O objetivo maior da obra, em sua totalidade, foi investigar de que modo o fenômeno pós-verdade se instituiu e possibilitou que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e uma série de outros acontecimentos ao redor do mundo se concretizassem. Porém, ao escrever meu ensaio, minha maior preocupação foi a de fazer com que as pessoas comuns, que não estão dentro das universidades ou nos debates da esquerda refletindo sobre isso, entendessem que o que aconteceu no Brasil foi um golpe orquestrado pelas elites do país juntamente com a grande mídia. Os meios de comunicação, aos quais a maioria da população tem acesso, claramente não fazem nenhuma questão de que haja entendimento sobre os fatos e o próprio intelecto da esquerda, ao meu ver, está mais próximo de uma linguagem elitista do que qualquer outra coisa. Não acho que dialoguemos com aqueles que representamos ou dizemos representar e é justamente por isso que me preocupei em “traduzir” o processo de impeachment e demonstrar de forma clara quais foram as principais estratégias usadas para que ele fosse possível, para que aqueles que comungam da mesma realidade que eu pudessem compreender.



A autora compara as manchetes reveladoras de duas capas do jornal O Globo para evidenciar a diferença sutil de tratamento da mídia com relação às manifestações contra e favoráveis ao impeachment.

No primeiro caso, o jornal proclama que é o “Brasil que vai às ruas”, contra Dilma, Lula e a favor de Moro.

No segundo exemplo, informa que apenas “os aliados de Dilma e Lula” se manifestam.

2- “É Golpe, sim!” foi uma bibliografia indicada pelo meu grande mestre e um dos organizadores do “Psicologia, Comunicação e Pós-verdade”, professor Pedrinho Guareschi. Eu, particularmente, ainda não tinha tido acesso ao livro, mas de fato a obra do Villa é bastante completa e trás pontos fundamentais para o entendimento do Golpe e do “porquê-Golpe”. Acredito que mesmo se tratando de um fenômeno ainda recente e que possui poucas produções que se propõem a analisá-lo, apenas por “É Golpe, sim!” ser uma obra que faz parte de um projeto político-partidário, usá-la como bibliografia talvez possa causar certa estranheza a alguns pesquisadores. Entretanto, em nenhum momento estive preocupada em manter algum tipo de neutralidade ideológica, muito antes pelo contrário, de modo a produção foi bastante contributiva para o meu trabalho.

3- Acho extremamente importante que o Golpe seja cada vez mais discutido e analisado em todos os ambientes, dentro e principalmente fora das Universidades. Sobretudo, é importante porque esse Golpe não terminou em 2016 com o impeachment da presidenta eleita, ele continua acontecendo e promovendo a destruição do Estado Democrático de Direito, das políticas sociais e da dignidade da classe trabalhadora; e ainda estamos muito distantes de compreendê-lo em sua totalidade. Fico feliz que, apesar da polêmica, a iniciativa da UnB (Universidade Federal de Brasília criou um curso sobre o Golpe de 2016) esteja inspirando outras instituições no país, como é o caso das nossas UFRGS e UFSM. Espero que conquistemos cada vez mais espaços destinados a estudar o Golpe e, especialmente, que tenhamos capacidade de devolver esse conhecimento para a população.